

## Quando a Sociologia se submete à análise sociológica<sup>1</sup>

**A** Sociologia nasce com o mundo moderno e procura, analiticamente, explicá-lo. Trata-se de um esforço científico realizado por meio de diferentes abordagens teóricas e objetos de pesquisa, desde o século XIX até o presente. A subdivisão da Sociologia é, sobretudo, a divisão dos seus objetos, não de suas categorias analíticas. Existe sociologia, subdividida em sociologia da educação, do trabalho, da cultura e outras tantas em decorrência dos limites assumidos pelos pesquisadores para delinear os contornos e as interfaces de seus campos de pesquisa.

Isto posto, o objetivo deste dossiê, que resulta de um seminário realizado em outubro de 2010, na Unicamp, em homenagem à socióloga francesa Lucie Tanguy, é retomar as categorias analíticas desenvolvidas nos trabalhos da autora e suas articulações com as pesquisas realizadas por doutores formados por ela na França – Prisca Kergoat e Nicolas Divert –, e por sociólogos brasileiros que também desenvolveram seus trabalhos em constante diálogo com a sociologia francesa, especialmente nas interfaces entre os campos de pesquisa – trabalho e educação. Este é o seu eixo central.

O artigo de Lucie Tanguy – Sociologia: ciência e ofício – constituirá o centro do diálogo estabelecido com os outros textos aqui apresentados; ora para dele se distanciarem, quando analisam as especificidades da Sociologia no Brasil (José Sérgio Leite Lopes e Liliana Segnini), ora para informar a relevância das categorias analíticas nele desenvolvidas para as pesquisas e reflexões no país (Aparecida Neri de Souza, Maria Lúcia Bühler Machado e Liliana Segnini) ou na França (Nicolas Divert e Prisca Kergoat).

Tanguy privilegia em seu texto a sua própria trajetória sociológica de pesquisa, enfatizando o seu último livro intitulado *La sociologie du travail en France – enquête sur le travail des sociologues, 1950-1990*. A autora reconhece que se dedicou à reflexão crítica dos objetos de pesquisa que estão na fronteira de esferas institucionalmente separadas, como as relações entre a sociologia da educação e a sociologia do trabalho, na análise de diferentes temas, como, por exemplo, o ensino profissional, a aprendizagem e a formação permanente.

No seu último livro, por força do próprio objeto, aproximou-se da sociologia do trabalho, considerada a matriz da sociologia francesa, nas primeiras décadas do período após a Segunda Guerra (Tanguy, 2011). A análise por ela elaborada para reconstituir a história da sociologia do trabalho na França, no período referido,

apoiar-se em esquemas analíticos que podem ser transportados para outras áreas do conhecimento sociológico. Por essa razão se torna elucidativo o subtítulo do livro referido: “pesquisa sobre o trabalho dos sociólogos”.

A reflexão crítica é inerente à atividade da pesquisa sociológica, no entanto, a autora destaca que raramente seus pesquisadores fazem esse esforço a propósito de seus próprios trabalhos – o fazer sociologia. Esta lacuna ela procura superar por acreditar que o conhecimento do mundo social, e das formas e circunstâncias nas quais é produzido esse conhecimento, pode levar à sua transformação.

Dois dimensões caracterizam a sociologia crítica desenvolvida por Lucie Tanguy:

Em primeiro lugar, a análise das relações entre duas ordens de fenômenos sociais. Pensar em termos de processos. Existem inúmeras reflexões substantivas a partir de suas pesquisas, entre as quais saliento a relação “formação e emprego”. Frequentemente analisada como se o primeiro termo fosse condição do segundo, oculta as relações sociais que informam a improvável relação direta entre diplomas e postos de trabalho. Entre elas, destaca as diferenças sociais de sexo e suas relações no contexto do processo de escolarização, formação e trabalho.

A segunda dimensão presente nos trabalhos analíticos de Tanguy é a análise sócio-histórica dos fenômenos sociais observados. Elaborar a gênese de uma questão de pesquisa para compreender o período no qual ela se inscreve. Nesta perspectiva, por exemplo, entre outros aspectos, a autora retoma a categoria formação, juntamente com outros sociólogos, juristas e historiadores para compreender como as mudanças ditas modernizadoras dela se apropriaram, nas últimas cinco décadas, para defini-la como “um bem universal”, tanto na ótica do Estado como na das empresas e dos trabalhadores.

Portanto, mais uma vez percorrendo as tensões das tênues fronteiras entre a sociologia do trabalho e a sociologia da educação, pesquisou os arquivos do Ministério do Trabalho na França, as relações entre a conjuntura política e as atividades do *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS), os relatórios de atividades dos pesquisadores em diferentes períodos e fontes. Além de entrevistas complementares com administradores das políticas de pesquisa, analisou também as publicações de revistas científicas em Sociologia. Dessa forma, como afirma Tanguy, privilegiou a análise dos fatos e não dos discursos, as práticas sobre os enunciados gerais, o método indutivo, procurando compreender as políticas de pesquisa, de uma forma geral, e os métodos considerados científicos. Analisou o papel da sociologia do trabalho dos anos de 1950 aos anos de 1990, os lugares onde foi construída, os pesquisadores que a constituíram, os meios utilizados. Dessa forma, Tanguy reafirma Bourdieu, ao citá-lo: “A sociologia da sociologia é uma das condições primeiras de uma sociologia científica”.

A autora analisou, após mais de uma década de pesquisas em arquivos até então inéditos, o contexto que favoreceu a constituição da sociologia do trabalho na França. Salientou a institucionalização das políticas científicas que se apresentavam como de “interesse nacional” e a aliança e cooperação entre o poder político e a comunidade científica na construção do Plano de Reconstrução da França após a guerra, nos período compreendido entre os anos de 1950 a 1990. Inicialmente, até os anos de 1970, tratava-se de uma grande estratégia política de modernização da sociedade francesa, traduzida pela obrigação de intensificar a produtividade econômica, orientada pelo Plano Marshall.

No período mais recente, 1980 e 1990, quando a esquerda assume o poder na França e estimula a política industrial, Tanguy destaca a importância reiterada do lugar da pesquisa científica, das inovações e da reabilitação das empresas, considerada então o lugar central das mudanças do sistema socioeconômico. A interdisciplinaridade torna-se condição essencial para a compreensão dos processos em curso e o pesquisador, sobretudo em sociologia do trabalho, mais do que um produtor de conhecimentos é compreendido como um *expert*, capaz de fornecer subsídios para a intervenção. “A economia industrial, assim como a história social, o direito do trabalho, as ciências de gestão, as ciências cognitivas, a ergonomia, são disciplinas que podem se reencontrar e se conformar aos estudos da empresa” (Tanguy, 2012). Portanto, conclui a autora, a notável inflexão nesse período não se deu em direção à sociologia crítica, mas ao encontro da *expertise*. Este quadro se intensifica nos anos posteriores.

Assim, conclui Tanguy que pensar as mudanças, sem observar o que não muda, é traduzido por uma perda de capacidade crítica das análises sociológicas realizadas. Finaliza destacando que essa mesma argumentação está inscrita nas políticas educacionais que revelam a íntima relação entre formação e mercado de trabalho, ocultando as relações sociais que escapam do contexto escolar, tais como a divisão do trabalho, a hierarquia escolar e a intensificação da competitividade do processo seletivo no mercado de trabalho. Estas questões são retomadas por Prisca Kergoat e Nicolas Divert em suas teses de doutoramento, orientadas por Lucie Tanguy e reelaboradas, neste dossiê, em artigos.

Kergoat questiona um aparente paradoxo observado na França perante dois fenômenos sociais concomitantes: por um lado, a valorização social da formação de aprendizes na empresa; por outro lado, a forte desqualificação dos saberes operários. Assim, retoma as duas dimensões presentes nas análises sociológicas de Lucie Tanguy – sociologia das relações e a perspectiva sócio-histórica – para iluminar as configurações e as interdependências entre o mundo do trabalho e o mundo da educação. Tecendo seus argumentos em torno de seu objeto – a aprendizagem como política das empresas na França –, conclui que as categorias trabalho e educação não podem ser compreendidas de forma separada, mas interdependentes. Recupera a

gênese desta questão e a constrói considerando as mudanças ocorridas na fronteira da esfera produtiva e da esfera educativa, revelando que a tentativa de colocar formação e emprego numa relação direta, sem mediações, oculta a desvalorização da qualificação operária e intensifica as desigualdades sociais. No entanto, a autora salienta que a sociologia crítica permite pensar mudanças, utopias. Reitera, assim, a matriz teórica que iluminou suas pesquisa e análises – a reflexão sociológica de Lucie Tanguy.

Formação profissional e mercado de trabalho no mundo da moda, na França, é o objeto de análise do artigo de Nicolas Divert. O crescimento da produção industrial do *prêt-à-porter* emerge após a Segunda Guerra Mundial, no contexto dos estímulos ao crescimento da produtividade no país. A alta costura francesa, fortemente marcada pelo luxo há mais de um século, conhece, assim, mudanças profundas: processos produtivos importados dos Estados Unidos por meio dos participantes de diferentes missões de produtividade, com o objetivo de reconstruir a indústria francesa e criar novas profissões, notadamente de estilistas. As mudanças foram profundas no processo de formação profissional e as escolas privadas se multiplicaram, operando um deslocamento da noção da educação para a formação.

A certificação escolar torna-se um bem econômico no mercado da moda *prêt-à-porter*, no qual a escola privada domina no sistema educacional francês, e acompanha as exigências do mercado. Assim, referida ao mercado, a sociologia da educação francesa reconhece o surgimento de um novo tipo de aluno, não mais um trabalhador, mas um *consumidor de escolas*, que concretiza estratégias escolares individualistas de realização de cursos. O objetivo do artigo de Nicolas Divert é analisar esse segmento, até então mal conhecido, do ensino superior francês, considerando a complexidade da relação formação e emprego, tal como proposta analiticamente por Lucie Tanguy. No contexto da predominância do mercado privado de formação profissional, não reconhecido pelo Estado, no qual os cursos são absolutamente adequados às exigências do mundo da produção industrial. Assim, transações mercantis cercam a escola que adquire a dimensão de um bem de consumo, com a multiplicação de revistas especializadas e salões de difusão do trabalho das referidas escolas, peças de uma engrenagem mercadológica que cerca a formação e o emprego. As sociologias da educação e do trabalho contribuem analiticamente para a compreensão desse novo tipo de escola, num país onde a educação laica e gratuita foi, nos últimos dois séculos, pública e estatal.

A fronteira entre as duas esferas de atividades sociais – a educação e o trabalho – é o objeto de reflexão de Aparecida Neri de Souza, neste dossiê. Para tanto, privilegia a educação profissional no Brasil, seu atual objeto de estudo, destacando a relevância das pesquisas de Lucie Tanguy neste campo, que redundaram em inúmeras publicações, referidas na bibliografia. Tanguy foi orientadora do seu pós-doutorado na França, em 2001.

A abordagem crítica, não dissociada das configurações históricas, possibilitou a compreensão das mudanças ocorridas nessa categoria profissional, ontem composta de trabalhadores operários e técnicos, hoje de profissionais que cursaram o ensino superior. Estariam esses antigos operário-professores vivenciando a desvalorização da cultura operária, tal como já observado por Kergoat? Ou, ainda, a multiplicação dos professores no ensino técnico formados no ensino superior expressa mais do que uma valorização do conhecimento científico (e desses profissionais), uma adequação às exigências dos processos produtivos, tal como analisa Divert? De toda forma, o trabalho de Souza possibilita romper com mitos sobre a formação profissional e iluminar, como informa a autora, relações nas quais se inscrevem a educação profissional, sobretudo sua complexa relação entre educação/formação e trabalho/emprego.

A formação profissional é também tema da análise de Maria Lúcia Bühler Machado. A historiadora recupera a singularidade da Escola Técnica de Curitiba, no período de 1930 a 1960, para melhor compreender um conjunto de mudanças nomeadas de modernização, passíveis de serem observadas a partir da organização do ensino técnico industrial, na perspectiva das relações de gênero. Esse artigo traz sua tese de doutorado, referida na bibliografia, na qual procurou responder a três questões que orientam a metodologia de sua pesquisa, apoiada em Lucie Tanguy: “Quem promove tais mudanças apresentadas como necessárias? O que se promove como necessário? Como ocorrem essas mudanças?”.

Assim, reitera a importância da pesquisa sócio-histórica contextualizando o ensino técnico em Curitiba, desde 1910, na história do complexo processo de modernização do país. “Um projeto de formação para um projeto de país”, sintetiza a autora. Discursos pretensamente hegemônicos, conflitos e acordos são analisados a partir de pesquisa de campo nos arquivos, em fontes escritas e orais, tanto na instituição analisada como no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea no Brasil (CPDOC); depoimentos de professores (as) e alunos(as), considerando as categorias analíticas que nortearam suas perguntas aos dados – formação e relações sociais de gênero.

Recuperar a história da sociologia do trabalho no Brasil é o objetivo do artigo de José Sérgio Leite Lopes. Nela, a escola constitui um dos espaços relevantes de formação de um pensamento. De acordo com Leite Lopes,

(...) a intenção desta pesquisa é aprofundar, por um lado, a análise das diferenças nas trajetórias destes sociólogos, considerando que mais do que uma “escola de pensamento”, trata-se de um “pensamento de escola”, na medida em que todos eles passaram ou por alguma das duas cadeiras de sociologia da Universidade de São Paulo, ou pela Escola de Sociologia e Política. As relações individuais destes sociólogos com os grupos hegemônicos dentro da sociologia universitária; sua integração nos outros institutos ou departamentos aos quais a sociologia oferecia seus quadros; a incidência de sanções políticas

que tiveram o efeito de interromper ou de desviar suas carreiras; as probabilidades de exposição à circulação internacional das ideias, por meio dos deslocamentos pessoais ao exterior ou por seu pertencimento a redes internacionais; assim como também sua exposição diferencial à circulação das ideias entre as classes sociais, em particular com relação ao seu próprio objeto de estudo, a classe operária; estas são algumas das questões que deverão ser aprofundadas.

Para tanto, o autor recupera a trajetória de cinco estudiosos do trabalho – Azis Simão, Evaristo de Moraes Filho, José Albertino Rodrigues, Leôncio Martins Rodrigues e Juarez Brandão Lopes –, analisando seus contextos. Privilegia, portanto, autores inscritos na primeira “fase” das pesquisas sobre o trabalho no país: “aquela anterior a 1964”. E justifica sua opção:

Ele é especialmente importante não somente para neutralizar os efeitos do anacronismo provocado pelas mudanças operadas pelo golpe de 1964 (data que atravessa todos os campos e os transforma), mas também por causa das propriedades de gênese que ele contém – esse complexo trabalho social de construção de novos profissionais, posições sociais e apreciações performativas sobre as classes populares.

Destaca as relações entre a temática trabalho e suas fronteiras e metodologias com outras temáticas nas ciências sociais brasileiras. Entre elas, saliento o campo educacional, uma das questões pesquisadas sociologicamente por Florestan Fernandes, que dirigia a cadeira Sociologia I, na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. Salienta também a relevância desse período na circulação das ideias e indica a relevância da análise dos intercâmbios internacionais entre as ciências sociais produzidas nos Estados Unidos e na França com as ciências sociais brasileiras.

Duas dimensões são destacadas por Liliana Segnini nas análises sociológicas de Lucie Tanguy, portadoras de densa capacidade de orientação para as pesquisas brasileiras em ciências sociais, especificamente para trabalho e educação: a pesquisa como atividade social e a relação entre *ciência e política*.

As duas dimensões referidas são observadas nos trabalhos dos autores neste dossiê, mostrando, mais uma vez, a importância dos trabalhos de Tanguy para a sociologia situada nas fronteiras entre o campo da educação e do trabalho, traduzidos em publicações, nas orientações de projetos de doutorado e pós-doutorado, na coordenação dos acordos de cooperação científica com o Brasil. Assim, a autora cumpre o seu pretendido papel explicitado tanto no seu último livro como no seu artigo neste dossiê: “Eu vejo meu papel como o de um *passreur*, no sentido atribuído a esta palavra nos esportes coletivos, aquele que passa a bola para alguém da equipe mais bem posicionado que eu mesma para marcar um gol”. Emprestando essa imagem de Anne Cheng (2008), Lucie Tanguy caracteriza o papel do educador – professor e pesquisador: possibilitar às novas gerações as melhores condições possíveis para exercerem seus papéis no pensamento sociológico crítico.

## Nota

1. Este dossiê sintetiza mais de uma década de construção do conhecimento numa agenda de pesquisas em sociologia – da educação e do trabalho e suas interfaces –, elaborada conjuntamente por pesquisadores franceses vinculados ao CNRS – Laboratoire Travail et Mobilité, da Universidade Paris X – Nanterre e Gedisst/Iresco –, Paris, e brasileiros, vinculados à Capes e à Fapesp – Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Educação e Doutorado em Ciências Sociais, área “Trabalho, Política e Sociedade”, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH)/Unicamp – Brasil, a saber:

- 2000-2003 – Acordo de Cooperação Científica Capes/Cofecub, intitulado “Mudanças na organização do trabalho, relações profissionais e formação”;
- 2005-2007 – Acordo de Cooperação Internacional CNRS/Fapesp, intitulado “Qual é o sentido social da modernização no trabalho?”. Os dois projetos foram coordenados por Lucie Tanguy (França) e Liliana R. P. Segnini (Brasil);
- 2009-2012 – Acordo de Cooperação Científica Capes/Cofecub, intitulado “Organização e condições do trabalho moderno. Emprego, desemprego e precarização do trabalho”, do Programa Capes-Cofecub. Coordenação: Danièle Linhart (França) e Aparecida Neri de Souza (Brasil); em andamento.

No entanto, ele é resultado do seminário realizado na Unicamp, pela equipe brasileira, em homenagem à socióloga francesa Lucie Tanguy, pela relevância de suas pesquisas e contribuições para as sociologias, especialmente francesa e brasileira, da educação e do trabalho, na ocasião do lançamento de seu mais recente livro: *La sociologie du travail em France* – enquête sur le travail des sociologues, 1950-1990, de 2011.

Liliana R. P. Segnini  
(Organizadora)